

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ TEMÁTICO: SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E PANDEMIA: RETROCESSOS, RESISTÊNCIAS E RECONFIGURAÇÕES DO FAZER EDUCATIVO

Ana Paula da Graça Souza BLENGINI

Angellyne Moço RANGEL

Fabiana de Cássia RODRIGUES

Gaudêncio FRIGOTTO

O Dossiê Temático *Sociedade, educação e pandemia: retrocessos, resistências e reconfigurações do fazer educativo* é resultado do esforço coletivo de professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino interessados em contextualizar e discutir, por um viés crítico, ancorado em diversos campos de conhecimento e referenciais científicos, os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a educação e sobre os processos de formação de estudantes no Brasil. Trata-se de uma coletânea de estudos e reflexões que visam corroborar e aprofundar debates e análises dos atravessamentos sociais, econômicos, políticos, culturais e pedagógicos que caracterizam o contexto atual de calamidade sanitária e de urgências historicamente situadas.

A proposta do dossiê partiu do diálogo inicial entre professores membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Formação Docente - Pólis do Instituto Federal Fluminense, do Grupo de Estudos Educação e Crítica Social (GEPECS), sediado na Universidade Estadual de Campinas, e do Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde, que envolve professores da UERJ, da UFF e da EPSJV/Fiocruz. Tal encontro possibilitou a articulação com outras instituições e pesquisadores, que agregaram suas investigações a esta publicação, contribuindo para o mapeamento de questões cruciais a um entendimento mais abrangente dos retrocessos, resistências e reconfigurações que perpassam a educação neste período pandêmico / pós-pandêmico.

<http://doi.org/10.36311/1519-0110.2021.v22n2.p9-16>

A pandemia de Covid-19, que assola o planeta desde os primeiros meses do ano de 2020, tem desenhado um cenário de calamidade não apenas para a saúde pública, mas também para os sistemas educacionais. O precário isolamento social, somado não apenas à inépcia dos diferentes níveis de governo para promover estratégias eficazes de enfrentamento à pandemia no Brasil, mas ao negacionismo da ciência e apelo à propaganda de drogas comprovadamente ineficazes, provocaram milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas e modificações significativas nas relações sociais, na dinâmica econômica do país, nas expressões da arte e da cultura e nos modos de ensinar e aprender.

Em um contexto nacional de desigualdades sociais e educacionais, muitos são os desafios no sentido de se efetivar o direito à educação, caracterizado pela tríade acesso, permanência e qualidade, especialmente quando o uso de ferramentas digitais na mediação do ensino remoto e o retorno ao ensino presencial sem as adequadas condições sanitárias foram colocados como possibilidades para contornar a crise educacional e garantir o acesso às atividades escolares. Nesse cenário, os grupos mais vulneráveis da população, que compõem a maior parte do percentual de estudantes das escolas públicas, permaneceram alijados do acesso aos conteúdos escolares, apesar das ações - por vezes inócuas - dos diversos governos para sanar o problema por meio do ensino remoto.

Estudantes e professores estiveram durante toda a pandemia diante de uma conjuntura calamitosa, em que apenas uma pequena parcela da população teve atendimento adequado de saúde e conseguiu dispor dos recursos materiais necessários à adesão e à permanência no ensino mediado pelas tecnologias digitais de comunicação.

Problematizar esse cenário do ponto de vista histórico e social possibilita que estratégias de resistência ao aprofundamento da precarização da educação e do trabalho docente sejam construídas e fortalecidas. Nesse sentido, este dossiê objetiva discutir a educação brasileira nos tempos de pandemia, analisando os aspectos que atravessam e estruturam o contexto de crise sanitária agudizada pelo coronavírus, apresentando experiências educativas e reflexões sobre os desafios que perpassam os cotidianos escolares e acadêmicos.

Aos interessados na ampla mercantilização da educação, a pandemia de covid-19 se revelou, como já descreveu Olinda Evangelista e Artur Souza (2020), numa “janela de oportunidades ao capital educador”. Se, de um lado, as possibilidades de negócios foram expandidas, por outro, explicitaram-se, sem disfarces, as profundas desigualdades sociais e educacionais vigentes no país. As diferenças abissais entre ricos e pobres no Brasil avançaram ainda mais no último ano, a crise econômica com suas expressões na desindustrialização, desemprego, inflação e crescimento exorbitante da miséria trouxe a realidade da fome de volta às escolas.

Em setembro de 2021, já sob o retorno presencial, a agudização do depauperamento da classe trabalhadora brasileira evidencia suas feições num caso registrado na mídia. Conforme o relato da professora de uma escola pública da periferia da cidade do Rio de

Janeiro, que presenciou o desmaio de uma estudante de 8 anos: “Ela sentou e abaixou a cabeça na mesa. Eu estranhei e chamei ela à minha mesa. Ela veio e eu perguntei se ela estava bem. Ela fez com a cabeça que estava, mas com aquele olhinho de que não estava. Perguntei se ela tinha comido naquele dia, ela disse que não.” (BBC, 2021)

Ademais, as propostas de educação lançadas no decorrer da pandemia apresentam outros problemas relacionados às concepções de ser humano e de educação que lhe são subjacentes. O ensino híbrido e o ensino remoto, conforme apresentados pelos aparelhos de hegemonia do setor privado e pelo poder público, fazem jus à racionalização técnico-instrumental que, desde meados dos anos sessenta, constitui-se como marca fundamental das principais políticas educacionais do país. Embora sob novos slogans e aparentando formato inovador, visto que de lá para cá a constante atualização tecnológica tem facilitado o uso de suportes e plataformas educacionais cada vez mais conectados aos ambientes digitais, seu fundamento filosófico permanece marcado pela tentativa constante de racionalizar todas as dimensões da vida humana. Por trás dessas propostas, há o pressuposto de que é possível mobilizar-se autonomamente para estar em frente a um computador, celular ou tablet por horas seguidas assistindo a aulas online (muitas vezes pré-gravadas), que possibilitam nenhuma ou mínima interação entre professores e estudantes. Desconsidera-se, assim, que o estímulo para aprender, aquele que leva crianças e adultos a saírem de suas casas com destino aos prédios escolares, também está relacionado a aspectos afetivos e inconscientes que permeiam o cotidiano de uma aula presencial.

Nesse sentido, o incentivo desenfreado ao ensino online, que se pretende naturalizar e tornar perene na educação básica, inclusive impondo-se sobre as crianças desde as primeiras etapas da escolarização, ignora não apenas o fato de que a maior parte da população não tem acesso a essas ferramentas tecnológicas, como também o funcionamento básico da mente e do comportamento. Este é mediado não só por pensamentos e ações conscientes, mas também pelo inconsciente; não apenas pela razão, mas também pelo afeto e pela emoção. Em uma sala de aula presencial, todos esses aspectos complexos da vida humana são mobilizados ao mesmo tempo, reunindo em um mesmo espaço pessoas que interagem entre si por meio do olhar, do toque, das expressões corporais e de todos os outros sentidos humanos. É essa interação sofisticada, desenvolvida ao longo de milhares de anos, que torna o contato presencial tão importante para experiências eficazes de aprendizagem.

As propostas educacionais apresentadas durante a pandemia revelam, portanto, uma simplificação extrema da vida humana, o que é absolutamente compatível com o apetite voraz e urgente do mercado. Inúmeras propostas de educação híbrida e remota foram criadas às pressas e, portanto, sem qualquer reflexão mais profunda sobre os significados e as nuances dos processos de ensino e de aprendizagem. Tais propostas pretendem sanar não as necessidades formativas da população, mas os interesses privados

de grupos empresariais que viram na atual crise uma oportunidade indispensável de negócio.

Os artigos apresentados neste dossiê discutem essas várias dimensões - econômicas, sociais, políticas pedagógicas e didáticas - envolvidas na lógica empresarial que se intensificou na condução dos assuntos educacionais a partir da suspensão do ensino presencial em março de 2020 em todo o país. Sem dúvida, entraram em cena os ganhos milionários possibilitados pelos diversos serviços educacionais comercializados por empresas e fundações privadas. Contudo, os estudos demonstram que a dinâmica mercantil ultrapassa o âmbito da comercialização da educação e alcança o cerne das atividades pedagógicas nas instituições públicas, crescentemente presididas pela ideologia da gestão, da eficiência econômica e da meritocracia.

O Dossiê tem como primeiro artigo *A gênese das pandemias e a interpelação à concepção dominante de natureza humana, de conhecimento e de educação*. O autor, Gaudêncio Frigotto, sustenta que a determinação fundamental das pandemias situa-se no sociometabolismo das relações sociais de produção capitalistas, em sentido global e na particularidade da sociedade brasileira, que destroem a natureza, exploram a classe trabalhadora e produzem a desigualdade e a pobreza. Sublinha que este sociometabolismo se fundamenta numa compreensão de ser humano-a-histórica, utilitarista e individualista; numa concepção de conhecimento empiricista que impede que percebamos que o ser humano é parte da natureza; e se reproduz por processos educativos na escola e na sociedade individualistas, justificados pela ideologia da meritocracia. Por fim, o autor destaca a concepção de natureza humana, de conhecimento e de educação capazes de alterar as atuais relações sociais de produção capitalistas e fundar uma sociedade sem exploração tendo como sujeito histórico desta mudança a classe trabalhadora.

O segundo artigo, intitulado *Educação e(m) pandemia: atividade essencial, finalidade supérflua?* discute a prevalência de interesses privados sobre as finalidades formativas da educação durante a pandemia. Nesse sentido, aponta que, embora a educação tenha sido reiteradamente afirmada como atividade essencial na atual crise sanitária, suas finalidades foram sumariamente secundarizadas e negligenciadas. Os autores Lalo Minto e Luciana Galzerano assinalam, ainda, que as já observadas tendências de privatização da educação vêm se intensificando e, nesse processo, destacam a participação direta e indireta de aparelhos privados de hegemonia na definição dos rumos da educação pública.

O trabalho *A oportunidade empresarial em meio à crise sanitária: a regulamentação do Sistema Nacional de Educação como golpe fatal na educação brasileira*, de autoria de Juliana Argollo Silva, Maria Carolina Pires de Andrade e Vânia Cardoso da Motta, analisa a movimentação do empresariado educacional no contexto pandêmico, identificando a transformação da tragédia atual em janela de oportunidades para os interesses privados. A partir da pesquisa de caráter documental, bibliográfico e jornalístico, demonstra que as regulamentações empreendidas pelo Sistema Nacional de Educação durante a pandemia

aprofundam a subsunção da educação à lógica da mercantilização e potencializam a precarização da escola pública.

Ana Paula Blengini e Fabiana Rodrigues propõem, em seu ensaio *A educação básica sob o ensino remoto na pandemia: aprofundamento das desigualdades educacionais e reconfiguração do fracasso escolar?*, uma análise histórica e conceitual sobre o “fracasso escolar” no Brasil, pontuando movimentos de permanência e reedição dos problemas educacionais ao longo do século XX e a atualização da problemática do direito à educação no contexto pandêmico. As autoras, apresentando dados estatísticos e discorrendo teoricamente sobre tais resultados, asseveram que as iniciativas governamentais para as instituições escolares frente à Covid-19, como o ensino remoto e o ensino híbrido, além de aprofundarem as desigualdades sociais e raciais e favorecerem forças privatistas, corroboram o “fracasso escolar”. Tal constatação fundamenta-se na observância, neste período, da emersão das perspectivas tecnicista e reducionista do saber, da secundarização de demandas materiais e subjetivas das classes populares e da precarização mais intensa de trajetórias estudantis de crianças e adolescentes brasileiros.

Tulio Rossi, no artigo *Isolamento, interação e socialização: uma abordagem sociológica da suspensão do ensino presencial na formação de crianças e adolescentes*, discute os impactos do Ensino Remoto nos processos de socialização de crianças e adolescentes, pontuando que, neste modelo formativo, o papel da escola é reduzido à transmissão e fixação de conteúdos curriculares e as interações sociais ficam restritas à mediação tecnológica, com efeitos na formação das autoidentidades e no desenvolvimento de habilidades relativas à empatia e à vida social. O autor ressalta que a diversidade, descoberta na convivência escolar presencial diária, possibilita o questionamento e o reajuste das disposições comportamentais dos estudantes, em uma dinâmica capaz de influenciar escolhas profissionais e aprendizagens e que se encontra distante do formato e dos objetivos do ensino remoto. Este, a seu ver, ao ser rotinizado ou normalizado, poderá potencializar a precarização do ensino bem como a erosão de laços afetivos e atitudes crítico-reflexivas sobre o outro e sobre a estrutura que caracteriza a sociedade.

No artigo *Crianças e pandemia: reflexões sobre a governamentalidade democrática das infâncias*, Olivia Pires Coelho, Fabiana de Oliveira Canavieira e Sílvio Gallo problematizam a invisibilidade infantil fantasiada de proteção, em especial, a tutela e o controle da infância no contexto de pandemia e confinamento, considerando o paradigma da decolonialidade. Os autores, referenciando sua análise na Sociologia da Infância e, nesse sentido, na negação da colonialidade adultocêntrica, chamam a atenção para a interdição da cidadania e a subalternização das crianças durante a pandemia de Covid-2019, processos observados na privação da fluidez do tempo dos convívios e da socialização sem a devida preocupação com os possíveis impactos afetivos e emocionais às crianças e sem o planejamento de políticas públicas específicas para as infâncias. Ademais, os autores também tecem apontamentos sobre o potencial educativo da rua

e sobre a necessidade de territorialização das cidades pelas crianças, com segurança, aprendizagens horizontais, autonomia e intencionalidade pedagógica.

O trabalho *Direito à educação e desventuras do ensino remoto*, de autoria de Angellyne Moço Rangel e Otávio Cordeiro de Paula Pierotte, analisa os efeitos da pandemia sobre a educação com base numa análise bibliográfica e levantamento de dados a partir de questionários à licenciandos do Instituto Federal de Campos de Goytacazes. O texto aborda o tema, trazendo uma boa contextualização da análise dos questionários em diálogo com pesquisas recentes elaboradas por órgãos públicos e pesquisadores das Universidades a respeito das repercussões da suspensão das atividades presenciais e adoção do ensino remoto pelas instituições de ensino.

Alexandra Garcia e Sabrina Ferreira, no texto *Oficinas de escritas com licenciandas: possibilidades de produção curricular em cotidianos pandêmicos* apresentam os resultados de um trabalho de escrita desenvolvido durante a pandemia com alunas de licenciaturas. Para tanto, destacam as dificuldades e as potencialidades vivenciadas nesse processo formativo, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento cotidiano do cenário de morte, com perdas de familiares e pessoas próximas, mudanças substanciais na rotina e dificuldades de caráter psicológico e cognitivo. Além disso, discutem diferentes perspectivas de currículo na atualidade, investindo na concepção de currículo como produção curricular.

Michelle Pinto Paranhos e Bruno Bazílio Betolila escreveram *Empreendedorismo e privatização da escola pública no município de Nova Iguaçu-RJ: a política educacional no contexto da pandemia*, focalizando a política educacional levada a cabo no município de Nova Iguaçu durante a pandemia de covid-19. A partir de referencial teórico fortemente pautado nas análises de Dardot e Laval, assim como de autores/as brasileiros/as, como Luis Carlos de Freitas e Carolina Catini, discutem o empresariamento e a privatização da escola pública. Os dados empíricos estudados foram os materiais produzidos pela plataforma Conecturma e pela Secretaria Municipal da Educação, onde se identificam valores ligados ao empreendedorismo, à competitividade numa exaltação dos “empreendedores de si” como mote das atividades educativas.

Eveline Bertine Algebaile e Francisca Clara de Paula Oliveira apresentam *Impasses da educação escolar no contexto da crise pandêmica: questões a partir da experiência do Ceará*. As autoras tratam das ações na área da educação efetuadas pela gestão do estado do Ceará durante a pandemia de Covid-19. O principal eixo da argumentação sustenta que o cenário pré-existente era de muita vulnerabilidade social e foi agravado pela pandemia, o que impossibilitou maior efetividade nas ações emergenciais tomadas no âmbito da educação. O material empírico analisado se baseou nos dados do IPECE, nos Relatórios do Banco Mundial, Unicef e nos dados do Consórcio do Nordeste de 2020. O texto contribui para a discussão acerca das medidas tomadas pelo estado e seus desdobramentos.

O artigo *O trabalho escolar no contexto pandêmico: limites e possibilidades de estudantes da educação básica* é resultado da investigação realizada pelo/as autor/as Maria Carla Corrochano, Luciana Cristina Salvatti Coutinho e Marcos Francisco Martins a respeito dos impactos da pandemia sobre os estudantes das redes pública e privada de Sorocaba, cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo. A metodologia utilizada inovou na métrica empreendida para definir quando um estudante está apto ou não para o ensino remoto: considerou que não basta ter acesso a um celular e a uma rede de internet; é necessário também ter condições de residência adequadas e alguém a disposição para mediar as atividades escolares. Com isso, a pesquisa conseguiu trazer à tona resultados realistas, demonstrando que os estudantes encontram-se profundamente afetados por problemas de ordem estrutural e psicopedagógica, que se agravam conforme recortes de classe, de gênero e étnico-raciais são feitos.

O dossiê é finalizado com o ensaio *Saberes e conhecimentos na educação pós-pandêmica: uma construção necessária*, justamente porque levanta possibilidades de superação da atual crise educacional a partir da defesa de preceitos, pressupostos e princípios que reforcem o caráter crítico-emancipatório da escola. Os autores Jonas Magalhães e Marise Ramos fazem uma crítica consistente às propostas de “Educação para o Século XXI” e aos slogans educacionais ideologicamente orientados para a adaptação dos sujeitos à “sociedade do século XXI”, que foram reforçados durante a atual crise sanitária. Em contraposição a essas ideias, defendem que a pedagogia assuma caráter subversivo, desenvolvendo saberes e conhecimentos que possam rejeitar a racionalidade técnico-instrumental, reforçada pela pandemia, e contribuir para a resistência coletiva dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- CARRANÇA, T. Minha aluna desmaiou de fome: professores denunciam crise urgente nas escolas brasileiras. **BBC News Brasil**. São Paulo, 17 nov. 2021. Disponível em: ‘Minha aluna desmaiou de fome’: professores denunciam crise urgente nas escolas brasileiras - BBC News Brasil. Acesso em: 10 nov. 2021.
- SOUZA, A. G; EVANGELISTA, O. Pandemia! Janela de Oportunidade para o capital educador. **Contrapoder**. São Paulo, 15 abr. 2020. Disponível em: Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador - Contrapoder. Acesso em: 10 nov. 2021.

